



CONTRIA-CORRENTE

A análise da conjuntura econômica na visão e linguagem do sindicalismo classista e dos movimentos sociais

Boletim mensal de conjuntura econômica do ILAESE

Ano 11, Nº 88 - Junho de 2021

PRIVATIZAÇÃO NA PANDEMIA: O CASO DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

A pandemia da COVID-19 jogou luz sobre a necessidade de o Estado prestar serviços públicos de qualidade. Mas lamentavelmente há vários exemplos de que, a despeito deste fato, a privatização no setor público se acelerou.

Neste boletim Contra-corrente vamos apresentar alguns resultados do estudo de caso feito pelo ILAESE no município de Belo Horizonte, com ênfase na Educação. Os leitores(as) facilmente identificarão traços comuns a outras cidades país afora.

 ilaese.eadbox.com

 [@ilaese.org.br](https://www.instagram.com/ilaese.org.br)

 [.com/ilaese](https://www.facebook.com/ilaese)

www.ilaese.org.br

Inovação tecnológica e capital privado

No início de 2021, a prefeitura de Belo Horizonte lançou o programa Meta Educação. Seu objetivo declarado é: “Melhorar a qualidade da Educação de Belo Horizonte em relação aos níveis de aprendizagem dos estudantes do Ensino Fundamental, em relação às competências e habilidades nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, incentivando novas metodologias de ensino, principalmente aquelas mediadas por tecnologias digitais” como diz o site da prefeitura.

Para isso propõe a “Utilização de recursos tecnológicos (Google Sala de Aula, plataforma de EaD, Khan Academy, e outros) com o intuito de favorecer interações e diálogos entre as práticas dos/as professores/as e das escolas. Os tablets com acesso à internet serão emprestados para os/as estudantes durante a execução do projeto”. A plataforma Khan Academy, por exemplo, foi trazida ao Brasil e seu uso foi disseminado por iniciativa direta da Fundação Lemann, do mega capitalista Jorge Paulo Lemann.

Além do Meta Educação, a prefeitura também está desenvolvendo outros projetos que visam “melhorar a educação” através da inovação tecnológica. Desde 2020, uma parceria com o Instituto de Referência em Internet e Sociedade - IRIS e a SaferNet Brasil, em um

projeto intitulado Projeto Educação Digital, visa ensinar o uso consciente da internet. Há também o Projeto Tecnologias na Educação, desenvolvido em parceria com a Asted.

Como diz o site da prefeitura: “A Assessoria de Tecnologias Educacionais (Asted) tem como objetivo democratizar a concepção do uso pedagógico das tecnologias digitais e das metodologias ativas, reduzindo as barreiras entre criação e inovação, na teoria e na prática com a implantação de projetos inovadores em multiespaços personalizados, diferenciados, voltados para a criatividade, a experimentação e a construção de soluções e produtos.”.

O próprio site da Asted explica que a empresa é “reconhecida pela execução de ações e projetos de cunho pedagógico desde 2017. Seu trabalho envolve o desenvolvimento do pensamento computacional desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos, com destaque para o projeto ‘A Hora do Código’, destacando a premiação recebida de parceiros internacionais, como o Massachusetts Institute of Technology - MIT, pela participação no Desafio Aprendizagem Criativa 2019, com a apresentação do projeto ‘Aprender Fazendo, Programação e Robótica’.

Khan Academy e Fundação Lemann

O fenômeno da pandemia e a necessidade do trabalho em formato EAD e suas variações permitiu a aceleração de políticas públicas que já existiam. E é nesse cenário que se insere o uso da plataforma Khan Academy, promovido pela Fundação Lemann, que é partícipe também do desenvolvimento de projetos federais.

A plataforma Khan Academy se apresenta como: “uma organização sem fins lucrativos com a missão de fornecer educação gratuita para qualquer pessoa e em qualquer lugar. Para isso, a plataforma digital da Khan Academy oferece recursos educacionais online e gratuitos para professores e estudantes, e já é usada por mais de 87 milhões de estudantes e mais de 3 milhões de professores por todo o mundo.

Além de estudantes e professores, a Khan Academy também busca apoiar escolas e redes de secretaria de educação, não apenas promovendo o uso da tecnologia nas salas de aula, mas também oferecendo ferramentas que apoiam o professor e dão às escolas e às redes a possibilidade de acompanhar mais de perto as atividades e o desempenho de seus estudantes. A Khan Academy está presente em cerca de 50 redes parceiras pelo Brasil, além de ser usada por outras redes e escolas de forma orgânica.”

Ela já havia sido adotada pela Prefeitura de Manaus em 2018 mediante uma parceria com a Fundação Lemann e em 2020 pela

Secretária Estadual de Educação do Ceará. Ou seja, o Programa que agora começa em Belo Horizonte é mais um dentre vários pelo Brasil afora que se utilizam de plataformas como a Khan Academy. A prefeitura de Belo Horizonte não apresentou o contrato firmado para a utilização da plataforma Khan. Porém, encontramos outros que ajudam a construir o quadro dos projetos no município e como as Organizações da Sociedade Civil (OSC) são parte fundamental do processo.

A Khan Academy é uma organização sem fins lucrativos. Possui parceria com instituições como o College Board, o Law School Admissions Council e o Bank of Americato que oferecem conteúdo educacional especializado na plataforma da Academia. Seu relatório econômico de 2020 ainda não foi divulgado. Segundo declara a Khan Academy a quase totalidade de seus recursos tem sua origem em doações. A lista de doadores não é especificada em seus demonstrativos financeiros.

A arrecadação com tais doações representam o maior montante das receitas da fundação.

RECEITAS (em dólares)	2018	2019
Contribuições	\$31.433.356	\$27.863.017
Licenciamento, manutenção e assinaturas	\$7.112.801	\$8.590.000
Desenvolvimento de plataformas	\$7.112.801	\$8.590.000
Renda líquida de investimento	\$1.006.883	\$1.668.035
Outros rendimentos	\$228.157	\$213.345
Contribuições em espécie	\$922.683	\$1.384.434
TOTAL	\$44.816.681	\$48.308.831

Fonte: Report Annual Khan Academy

Tanto em 2018 como em 2019, a arrecadação da Khan Academy ficou próxima de 50 milhões de dólares. Cerca de 60% desse montante se deve a doações, o restante são rendas oriundas da construção e desenvolvimento de plataformas educacionais com os respectivos parceiros.

As contribuições a Khan Academy são realizadas em modalidades distintas. Por vezes, o doador assume um compromisso periódico com a Instituição, por vezes doações avulsas e existem até mesmo investimentos cujos juros anuais são destinados à Instituição.

É muito provável que os números de 2020, em função da pandemia, sejam bem mais expressivos que os verificados em 2019 e 2018. Mas como vimos, ela é apenas uma das instituições internacionais envolvidas na construção de plataformas e na disponibilização de conteúdos voltados para o ensino em todo o mundo.

É necessário um estudo mais profundo para entendermos qual a metodologia e finalidades que estão por trás dessas plataformas. Seus interesses principais seriam econômicos? Seriam políticos e ideológicos?

Fato é que se trata de iniciativas internacionais, fora do controle dos professores, educadores e estudantes brasileiros. Metodologias e plataformas impostas de fora, sobretudo em países como o Brasil e a Índia.

Portanto, existe um conjunto de parcerias estabelecidas com a iniciativa privada, através das Organizações da Sociedade Civil (OSC), para implementar ferramentas, plataformas para “modernização da educação”, que está em consonância com uma política mais global para a educação brasileira como será demonstrado mais a seguir.

PNE: um marco na privatização da Educação

É comum apontar as diferenças entre as políticas educacionais nos governos petistas e as posteriores ao impeachment de 2016. Neste terreno, no entanto, as continuidades são notáveis e no tema que aqui nos ocupa são muito relevantes.

Todo o embasamento para a implementação de programas de inovação tecnológica na educação foi dado pelo Plano Nacional de Educação (PNE), sancionado em 2014

pela então presidente Dilma Rousseff.

Poderíamos mostrar como as 20 metas que constituem o PNE são o início do que presenciamos de conjunto, hoje, na educação brasileira, mas queremos focar em na meta 7, na qual se lê: “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5	5,2

Fonte: Report Annual Khan Academy

Ou seja, o foco dessa meta seria a melhoria da aprendizagem dos alunos da educação básica, para que possamos atingir

parâmetros mais altos, que estarão em consonância com parâmetros internacionais como o PISA (que também é referido na Meta).

No entanto, quais estratégias apresenta o PNE para que as escolas consigam atingir tal meta? Uma das estratégias propostas é: “7.12) incentivar o desenvolvimento, selecionar, certificar e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;”.

É exatamente essa meta e essa proposta estratégica a base da criação dos programas de inovação tecnológica que estamos vivendo hoje. Como consequência direta da aplicação da Meta 7 do PNE, em 2017 foi criado o Programa de Inovação Educação Conectada e em 2019 ele foi aprovado pela Câmara dos Deputados, como Projeto de Lei 9165/2017. A proposta de tal programa é fomentar a introdução de toda a estrutura para um ensino que incorpore as inovações tecnológicas.

Assim, as escolas teriam acesso à internet, plataformas, tablets e todo o

aparato tecnológico que potencialize o ensino das crianças. Estão entre os parceiros do Programa estão o Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), a Fundação Lemann, o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). O programa permite que as escolas individualmente se incorporem a ele.

Por meio de verbas transferidas pelo FNDE aos municípios e diretamente as escolas, as prefeituras e as unidades educacionais podem firmar parcerias e construir projetos que garantam a aplicação de tal meta. De acordo com o site do MEC, 5.297 municípios e 27 Estados aderiram ao programa. 28.297.196 alunos estão sendo beneficiados e R\$ 364 milhões investidos no programa entre 2018 e 2020. É importante destacar que todo o texto do PNE propõe o estabelecimento de parcerias com OSC's como estratégia para o cumprimento das metas.

É interessante observar também que no mesmo ano de início do atual PNE (2014) foi criado o Marco Regulatório das OSC's, lei 13.019/2014, que objetiva garantir e valorizar o trabalho de organizações sociais e regulamentar as parcerias com os entes federativos.

Conclusão

A pandemia vem sendo usada pela prefeitura de Belo Horizonte como uma oportunidade de avançar na privatização dos serviços públicos. No caso da Educação, as necessidades reais impostas pela pandemia

vêm sendo usadas no sentido de avançar nesse sentido. Um estudo inicial das plataformas digitais e metodologias de EAD, colocam o PNE como marco das novas estratégias. •



Acesse o estudo completo em nosso site.



TERCEIRIZAÇÃO E EAD
em tempos de pandemia

www.ilaese.org.br



ilaese.eadbox.com



ilaese@ilaese.page



[@ilaese.org.br](https://www.instagram.com/ilaese.org.br)



[.com/ilaese](https://www.facebook.com/ilaese)

EXPEDIENTE

Contra-corrente é uma publicação mensa elaborada pelo ILAESE para os sindicatos, oposições sindicais e movimentos sociais. Contato: Rua Curitiba, 862, sala 307. Centro - Belo Horizonte - MG - CEP: 30170-124. Telefone: (31) 2520-2008 - (31) 9697-4672- ilaese@ilaese.org.br - www.ilaese.org.br. CNPJ 05.844.658/0001-01. Diagramação: Anna Sant'Anna.